

RACISMO, EXCLUSÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL

Autora Maria de Fátima Gondim da Silva¹

Coautora Marilza Nayara Soares Nobre²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral a análise da construção do racismo na primeira infância e como isso se reflete na construção das identidades das crianças negras. Para tanto buscou-se analisar o processo sócio-histórico pelo qual passou o povo negro, tendo em vista a compreensão de como crianças brancas e negras exerciam sua própria identidade e a relação desta com a sua etnia. O trabalho foi construído tendo como base o pensamento de autores como FILHO (2012), historiador que aborda a invisibilização do negro ao longo da história e dentro dos currículos escolares e GOMES (2002), que aborda a categoria identidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza, essencialmente, qualitativa, tendo a pesquisa empírica se dado em uma creche pública da rede municipal de ensino, situada em Tabuleiro do Norte-CE, com crianças de 3 a 6 anos de idade, através do experimento das bonecas³.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Primeira Infância. Identidade.

ABSTRACT

The present study has as its general objective the analysis of the construction of racism in early childhood and how this is reflected in the construction of the identities of black children. In order to do so, we sought to analyze the socio-historical process through which the black people passed, in order to understand how black and white children exercised their own identity and the relation of this ethnic group. The work was constructed based on the thinking of authors such as FILHO (2012), historian who addresses the invisibility of the black throughout history and within the school curricula and GOMES (2002), which addresses the category identity. It is a research of an essentially qualitative nature, and the empirical research was carried out in a public nursery of the municipal school network, located in Tabuleiro do Norte-CE, with children from 3 to 6 years of age, through the experiment Of the dolls³.

KEYWORDS: Racism. Early Childhood. Identity

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Docente na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo de Assistente Social, na Prefeitura Municipal de Beberibe (CE).

³ **The Clark Doll Experiment (1939)**, Experimento das Bonecas, em português, foi uma experiência feita pelos psicólogos americanos Kenneth Clark e Mamie Clark, para entender qual a imagem que as crianças negras tinham de si mesmas e qual o impacto do racismo na auto-estima das crianças.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração os últimos anos da segunda década dos anos 2000, pode-se dizer que o tema racismo tem estado em constante evidência, e discussão. Muito em parte devido à popularização e o alcance das mídias sociais e o amadurecimento político dos movimentos negro. Muito embora isto seja um fator importante quanto à superação desta problemática, não há tanto a se comemorar.

A discussão dessa problemática, no entanto, não ocorre de maneira homogênea nos diversos espaços sociais. Tampouco significa dizer que sua superação está próxima. A exclusão pela qual experimentou o povo negro desde o processo de escravatura, perdura até os dias atuais. Sobretudo quando trata-se do direito a reconstrução identitária dos seus antepassados, e a garantia de ter sua história repassada às gerações futuras, bem como a equiparação da disparidade entre as condições materiais existente entre brancos e negros.

Dito isto, entende-se que a superação dessa problemática só se fará possível a partir da abordagem desta desde cedo, através da educação, dentro do sistema de ensino formal e da sociedade como um todo. Deste modo evidencia-se que o foco principal desta pesquisa é perceber como o racismo se expressa na primeira infância e qual o impacto deste na construção das identidades das crianças negras. Para que assim possa-se buscar ferramentas e mecanismos capazes de atuar no sentido de superação desta realidade.

2. DE REIS, GUERREIROS E CURANDEIROS A ESCRAVOS BRASILEIROS.

Não existe um consenso de quando foram trazidos coercitivamente os primeiros negros vindos do continente africano para o Brasil. No entanto acredita-se que por volta de 1538, Jorge Lopes Bixorda, um arrendatário de Pau Brasil, tenha sido o primeiro a traficar nativos de países africanos para trabalhar em regime de escravidão no Brasil. Os nativos do continente africano eram capturados e trazidos à América (o Continente) em grandes navios, em condições subumanas, muitos não sobreviviam à viagem. Os que aqui chegavam vivos eram logo separados de seus grupos territoriais e linguísticos de onde foram retirados a força, essa foi uma tática eficaz, utilizada para dificultar a comunicação e organização entre eles. Uma vez que os nativos que aqui chegaram eram originários de diversas tribos, cada uma com linguagem e cultura distintas. Então formar novos grupos, onde seus elementos possuíam costumes e linguagem distintos, foi uma ferramenta eficiente de controle dos povos traficados da África.

No Brasil, os primeiros escravos africanos trazidos para a exploração da colônia, teriam sido introduzidos pelo negreiro Jorge Lopes Bixorda em 1538 para trabalharem no primeiro centro produtor de açúcar, fundado por Martim Afonso de Souza na Vila de São Vicente. (LEPINE, S.A, p. 6).

Segundo MATTOS (2009) os negros que aqui chegaram dividiam-se em três grupos: os Sudaneses que tinham origem no que hoje é representado pela Nigéria, Costa do

Ouro (atual Gana) e Daomé (Benin) e seu destino era geralmente a região da Bahia. Os bantus que constituía um grupo bem mais numeroso, e sua origem remete a Angola, Zaire e Moçambique, correspondente ao centro-sul africano e foram levados aos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. E o último grupo os guineanos-sudaneses mulçumanos, de origem e destino dos sudaneses, a única diferença entre esses dois grupos estava no fato deste ser convertido ao islamismo.

Embora a gente tenha em mente sempre a imagem do negro associado ao serviço braçal nas grandes lavouras, ele não foi sustentáculo da economia e dinâmica da vida senhorial apenas por esse motivo. O negro escravizado além de ser mão-de-obra indispensável nas lavouras, o era também nas casas de seus senhores, estabelecendo uma certa relação de intimidade com os membros da família colonial, não intimidade no sentido de parceria, mas no sentido de convivência em ambientes comuns, haja vista que o negro a princípio tinha uma relação de maior proximidade com a família de seu senhor, por este contar com o serviço dos negros para tudo.

Era ele (escravo) que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos, sempre à mão para recados, até velha negra, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era elevador automático, abanava que nem ventilador. (COSTA, 1989, p. 95)

Essa convivência simbiótica entre os senhores e os negros, para o movimento da medicina higienista se constituía como empecilho ao sentido de intimidade sentimental entre os membros da família. Uma vez que o negro estava em todos os espaços da casa. Para tanto os médicos higienistas apresentaram os negros como vetores de todo tipo de doenças e perpetuador de condutas desmoralizantes.

[...] as escravas, estúpidas, grosseiras de uma moral viciada, seu organismo é a sede de grande cópia de moléstias, bem como sífilis, linfatismo. [...] O escravo gera a preguiça, a indolência, a soberba, a vaidade e a tirania do seu senhor. [...] desconhecendo o sentimento de pudor e castidade, e dotados de um temperamento erótico e conseqüentemente muito libidinoso. [...] Os escravos, finalmente, eram acusados de corromper os lares. (Idem, p. 123)

Desse modo o negro foi afastado do convívio dentro dos lares senhoriais, ficando quando muito da cozinha para as lavouras e senzalas. De indivíduos sem alma, e conseqüentemente humanidade, a vetores de doenças e contravenções morais, desta forma se construiu desde a época escravocrata a identidade do negro como ser de última categoria, possuidor de todas as características de incivilidade que ainda hoje no discurso racista, continua atribuída a estes.

A partir de 1850 a Inglaterra querendo expandir suas relações econômicas com o Brasil, mas vendo o regime escravocrata como uma barreira, haja vista que isso diminuía a possibilidade de se criar um mercado consumidor latente, pressiona o país a extinguir o tráfico dos negros africanos, sendo então aprovada a lei Eusébio de Queiroz que extingue o tráfico de navios negreiros. No ano de 1869 fica proibida o leilão público de escravos. Em 1871 aprova-se a lei do ventre livre, tornando livre todos os negros nascidos a partir desta

data. Em 1885 aprova-se a lei dos sexagenários que tornou libertos todos os negros com mais de 60 anos de idade. Com a proibição do tráfico em 1850 e libertação dos negros nascidos após 1871, única fonte de renovação do contingente de negros que seriam escravizados, e pressionado pelos países europeus que a muito já haviam abolido a escravidão negra, e com as revoltas dos negros cada vez mais latentes, fica extinta a escravidão no país no ano de 1888.

Porém os negros libertos, descendentes dos nativos africanos que para cá foram trazidos e submetidos à escravidão, não saíram da sua condição de pessoas escravizadas para tornarem cidadãos plenos em seus direitos, ao contrário, foram jogados a própria sorte e colocados à margem da sociedade. Não tendo sido destinada a essa qualquer política de inclusão na sociedade brasileira da época, o que fez com que muitos reunidos em grupos ou fossem residir nos quilombos ou nos cortiços, que originaram as favelas que hoje conhecemos. Sua sobrevivência material era proveniente de trabalhos informais e temporários, sendo submetidos a todos os tipos de preconceitos e discriminação racial. Foi a partir dessa lógica excludente que desde que chegaram ao Brasil as relações sociais do povo negro se construíram. Mesmo a história da abolição da escravatura é a história da “boa vontade” da “civilidade” do homem branco para com o povo negro, tirando destes o papel de atores da sua própria história.

“Toda iniciativa, portanto, devia caber aos abolicionistas, aos iluminados ou esclarecidos que sabiam exatamente o que era melhor para os cativos e tinham mesmo o ‘o mandato da raça negra’. O raciocínio possuía ainda um charme poético: incapacitados e proibidos os negros de lutarem em sua própria causa, tudo passava a depender dos abolicionistas redentores, dos cavalheiros da liberdade.” (CHALHOUB, apud SILVA FILHO, 2012 pág. 49).

A história do Brasil foi escrita para ser a história da supremacia de uma raça sobre as demais, reforçando a inferiorização do povo negro. O homem branco, europeu imigrante residente no país ou descendentes desses, seria o responsável por toda civilidade aqui vigente, sendo imbuída ao negro e ao índio, os detentores de uma incapacidade mental e civilizatória, que só compreendia o mundo através do medo e dos castigos físicos e que por isso nada tinham para contribuir na formação do povo brasileiro. Tendo o português a missão de diluir as características físicas e cognitivas desses povos através da mistura das raças, ao qual a caucasiana europeia iria apagar os traços das outras duas por ser superior.

[...] uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários. (SILVA, apud SILVA FILHO, 2012, pág. 34).

Pode-se perceber que o preconceito e a discriminação contra a população africana e afro-brasileira foi veiculada desde os discursos parlamentares da época, aos livros de história nacional, o que resvala ainda hoje em todas as relações sociais do povo negro, seja no trabalho, escola ou meio social. Segundo SILVA in SILVA FILHO (2012) a única maneira de integrar os negros libertos civilizadamente na sociedade seria educando-os previamente, porém oportunidades concretas para o povo negro, já libertos da escravidão,

só vêm surgir no fim do século XIX, a partir do desenvolvimento industrial que demanda uma mão-de-obra melhor capacitada, o que culmina na criação de escolas de ensino primário e profissionalizantes, diurnas e noturnas nas cidades e algumas nas zonas rurais.

3. O RACISMO E A EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL

Para entender como o racismo se constituiu no Brasil, não basta apenas se remeter ao passado escravista, é necessário também analisar como a história oficial do país foi escrita e repassada as gerações posteriores. Dois dos elementos formadores da população brasileira foram quase esquecidos pelos livros de história, e quando representados o foram como o “elemento” a ser melhorado, ou como um empecilho ao desenvolvimento do país.

Fazer história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado. Quanto mais consciente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá com lucidez, as dificuldades que tem que enfrentar no processo permanente de libertação. (FREIRE, 1982, p. 47).

Nós tendemos a achar que o estudo da história é tão somente a representação cronológica dos fatos ocorridos ao longo do tempo. No entanto de acordo com o historiador Marc Bloch (1963, p. 29) “a história é a ciência dos homens no tempo o estudo de todas as transformações humanas dos primórdios aos dias atuais”. Com o intuito de que as gerações atuais, a partir do estudo da história possam conhecer os erros e acertos das gerações passadas, bem como se apropriar de seu capital cultural e também identificar o seu papel na construção do processo histórico que modifica e transforma as sociedades ao longo dos tempos.

O problema, porém, está na forma como a história tem sido repassada nas escolas, como mera cronologia de fatos, causando um distanciamento entre a realidade vivida atualmente e o desenrolar histórico do passado. Desta forma a invisibilização dos índios e negros, dois elementos construtores da sociedade brasileira, passa despercebida, em detrimento ao destaque dado aos imigrantes europeus e seus descendentes, frente a construção do país que conhecemos hoje.

Uma história cuja a função no processo educativo é propiciar a separação entre o ensinado e vivido. [...] uma história que exclui ou silencia ou estereotipa dois grupos étnicos formadores do povo e construtores da nação: o indígena autóctone e o negro africano. (SILVA FILHO, 2012, p. 25 e 26)

Em 1840 Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) promoveu um concurso de redações com intuito de escolher a que melhor direcionasse a escrita da história do país. A redação vencedora, intitulada de: “Como se deve escrever a história do Brasil”, escrita pelo etnólogo austríaco Carl Friedrich Philippe Von Martius, que foi o responsável por dizer como a história do povo brasileiro deveria se constituir.

Em suas recomendações a respeito de como se deveria escrever a história brasileira Von Martius, deixa explícita a superioridade dos portugueses brancos, sobre os índios e os negros quanto ao desenvolvimento do país.

[...] o português que como descobridor, conquistador e senhor... que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresente como o mais poderoso motor e essencial motor. [...] tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante... o sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças indígenas e etíópica. (Martius, apud, FILHO 2012, p. 29).

Embora Martius (1982) tenha deixado evidente sua visão eurocêntrica a respeito da formação sócio-histórica brasileira, ele não deixou de desconsiderar a contribuição indígena e negra na construção da sociedade brasileira. No que diz respeito aos negros africanos traficados para o Brasil, ele instruiu os historiadores que se propusessem a escrever a história do país que buscasse resgatar os costumes, a cultura, como se organizavam, seus anseios civis e como essa mescla contribuiu para a construção do Brasil. No entanto, como se pode observar na história oficial do país, escrita posteriormente, essa recomendação foi ignorada, tendo sido acatada somente a supremacia do colonizador português quanto ao desenvolvimento do Brasil.

Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou para pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (MARTIUS, 1982, p. 46).

Vê-se portanto que a exclusão social do negro no Brasil, não foi um fato que se origina somente na escravidão, a exclusão e todas as violências sofridas de outrora aos dias atuais, não foi e não se materializou/a somente nas agressões físicas e verbais vivenciados pelos negros, mas sobretudo na negação, na invisibilização cultural e histórica de um povo, que teve oficialmente o direito de ter sua história contada, e repassada, em todas as suas nuances, às futuras gerações brasileiras, em especial, aos seus descendentes, negado.

Da mesma forma que a contribuição dos negros na construção da nação brasileira não foi posta nos livros de história por muitos anos, os impactos da escravidão imposta a essa parcela da população tampouco. Ao negro foi reservado o capítulo histórico compreendido entre o início da escravidão e o seu fim. É como se esse contingente populacional tivesse deixado de existir junto com a escravidão, no entanto o que se percebe é que o status de nação que se pretendia construir, não caberia qualquer capítulo ao povo de cor, a não ser o velho conhecido período escravocrata.

O conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída sob o ponto de vista dos letrados, a Nação brasileira traz consigo uma forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do 'outro' e cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

Depois do fim da escravidão, os negros libertos, cerca de 800 mil, sem nenhuma posse, dinheiro, terra, um lugar para ir, sem nenhum direito, senão o de não ser mais propriedade de alguém, foram deixados na mais pura miséria. Restou a esses apenas a discriminação e exclusão social. A maioria dos libertos sem qualquer perspectiva foi buscar alguma oportunidade nas grandes cidades, como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Onde aglomerados em morros, e áreas mais afastadas dos centros da cidade, originaram as favelas.

Alguns que optaram por permanecer nas fazendas passaram a receber salários ínfimos por seus serviços. Tendo agora que pagar por sua estada e alimentação. Mas muitos não conseguiram encontrar qualquer ocupação, muitos morreram de fome ou passaram a roubar para sobreviver.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos de responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. Essas facetas da situação imprimiram à abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, 1964).

Desde sua gênese a sociedade brasileira se formulou em cima de uma lógica eurocêntrica, de valorização não apenas da cultura do homem branco, representado na figura do colonizador português e mais tarde na dos imigrantes europeus, mas de todos os traços físicos e comportamentais ligados a este como símbolo de superioridade e orgulho. Sendo negativado tudo que seja relativo ao povo negro, este aparece por muito tempo nos livros de história retratado apenas como escravo, tendo suas características retratadas de forma pejorativa e negativamente. É dentro dessa sociedade que exalta a cultura eurocêntrica e faz passar despercebida ou apresenta de forma pejorativa a cultura do povo negro e indígena que a criança negra irá ser inserida. O que irá gerar a construção de uma identidade associada a coisas negativas ou a querer se embranquecer para ser aceita, para se sentirem valorizadas ou ao menos não serem excluídas.

[...] se as presenças, onde as imagens e as representações negativas existentes nos textos transmitem ideia de desvalorização do negro do ponto de vista físico, moral, intelectual e cultural, as ausências, ao não ressaltarem intensificam os preconceitos e os estereótipos incorporados ao imaginário coletivo. [...] neste contexto, toda a herança cultural apresentada como brasileira, embora teoricamente permeada pela influência das três raças, é de origem europeia: o Estado, a Língua, a Religião, as Instituições Escolares, o ideal de família etc. Assim, para as culturas negra e indígena sobram os resíduos do sistema, ou seja, as representações lúdicas, folguêsas e gastronômicas. Ou o silêncio. (SILVA FILHO, 2012, p.47 e 53).

Após a abolição da escravatura, os negros passaram a experimentar, legalmente, a liberdade, o fim da servidão obrigatória a um senhor. No entanto na prática essa liberdade se efetivou de forma limitada ou excludente. Após o fim da escravidão não foram dadas condições materiais para que os negros e seus descendentes fossem incluídos, não foram formuladas políticas públicas destinadas a esse contingente populacional. Até 1934

analfabetos eram proibidos de votar e serem votados (critério último que perdura até hoje), sendo os negros recém-libertos do cativeiro em sua grande maioria analfabetos, uma vez que foram dadas poucas ou nenhuma condição de ingresso no sistema de ensino da época, estes se encontravam impedidos de escolher os representantes, ou de serem eleitos, seus anseios e reivindicações ficaram por muito tempo negligenciados. O que reflete na vida material deste contingente populacional até os dias atuais.

4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO BRASIL

Ao estudar Jacques d'ADESKY, Gomes (2002) Enfatiza que a identidade se constitui a partir da interação entre os sujeitos sociais. A compreensão que cada sujeito faz de si próprio, se constrói da mediação entre a visão que cada um tem de seu próprio "eu" em detrimento da visão que os demais constroem do "eu" do outro, a partir das ações e particularidades de cada indivíduo. Deste modo compreende-se que a identidade não se faz sozinha, se constrói nas relações sociais entre os sujeitos, na relação entre o particular e o universal.

Quando se trata de identidade racial no Brasil, ela perpassa por um olhar monocromático, possivelmente alimentado pelo mito da democracia racial, sendo evidente o quanto nossas estruturas sociais, seja na mídia, na religião, na política, ou na escola, intensificam através de uma padronização de pensamento uma falsa identidade, seja do indivíduo ou do coletivo do povo brasileiro. (SILVA FILHO, 2012, p.23)

Deste modo compreende-se que a formação da identidade na primeira infância vai está diretamente relacionada a representação do mundo material que a cerca. A criança irá absorver não apenas o que ela apreende através dos ensinamentos da família, escola e comunidade, mas irá também reproduzir o que a sociedade constrói como o padrão de belo, bom, mal, etc. E repassa a esta, através das relações sociais na escola, família, comunidade e atualmente pode-se considerar um fator relevante na construção das identidades infantis, a mídia, a representatividade infantil da criança negra seja nos desenhos, filmes infantis, livros didáticos e de histórias infantis, é quase inexistente se comparada à representatividade que esses mesmos meios proporcionam às crianças brancas. E isso se reflete nas falas das crianças que fizeram parte dessa pesquisa.

P (Pesquisadora): Qual boneca você acha bonita?

C (criança): Aponta para a boneca branca.

P: Por quê?

C: Porque ela tem o olho normal.

P: E o olho dessa (aponta a boneca negra) não é normal?

C: Não.

P: Por quê?

C: Porque o olho dela é marrom!

P: E olho marrom não é normal?

C: Não! (Tiana, negra, 5 anos).

P: E qual dessas duas bonecas você acha que é a boneca bonita?

C: A branquinha! (Segurando a boneca)

P: Por quê?

C: Porque ela tem o olho verde! (Ororo, parda, 4 anos).

P: E qual boneca tem a cor que você acha que os adultos gostam mais?

C: É... Essa daqui! (Aponta a boneca branca)

P: Por quê?

C: Porque ela é toda branquinha! (Adam, branco, 4 anos).

Isso faz com que a criança branca sintam-se representada nos mais diversos meios sociais. Enquanto que as crianças negras crescem tendo sua representatividade invisibilizada. Ou melhor, quando a criança negra se reconhece em alguém, normalmente é na diarista, jardineiro, motorista, quase nunca em posições tidas como de maior prestígio. “Essa interiorização deixa marcas invisíveis no imaginário que vão interferir no processo de construção da identidade do negro individual e coletivamente, da representação social e autoestima da população negra”. (SILVA FILHO, 2012, p. 120).

P: E qual boneca você acha que é a boneca feia?

C: Aponta a boneca negra.

P: Por quê?

C: Porque ela é marrom, tem olhos marrons e usa calcinha rosa e não combina com marrom! (Maxine, parda, 6 anos)

Quando se traz para o mundo dos desenhos infantis, importante espaço de representatividade para esta faixa etária, poucos são os heróis negros, podemos destacar o lanterna verde e o super choque, enquanto que os heróis e personagens brancos são uma infinidade. E quando se faz essa mesma análise, agora relativo aos desenhos tidos como de menina, a disparidade é ainda maior, as princesas Disney, por exemplo, foram até 2009 todas brancas (com exceção da Mulan de etnia asiática e Pocahontas de etnia indígena), só no referido ano, após 86 anos de existência da companhia e 72 anos após a criação da Branca de Neve, que fizeram a primeira princesa negra, a Tiana (uma garçonne, a princípio), o que significa dizer que por 54 anos nenhuma menina negra se viu/sentiu representada em uma princesa, nos desenhos que costumavam assistir, enquanto que as meninas brancas cresceram acostumadas a se verem nessas personagens, desenvolvendo deste modo uma autoestima mais elevada que a das meninas negras. “[...] Eu lembro que quando eu era criança queria ser branca. Acho que era porque eu nunca via nenhuma pessoa negra nos desenhos, nem nos livros”. (Auxiliar educacional, 24 anos, negra).

P: E dessas duas bonecas qual é a mais parecida com você?

C: Aponta a boneca branca.

P: Essa? Por quê? O que ela tem que é parecido com você?

- C: Porque sim!
 P: Mas o que tem nela que parece com você?
 C: A testa igual a mim!
 P: A testa igual a sua? E a testa dessa (aponta a boneca negra) não é igual a sua?
 C: Olha para a boneca negra e faz sinal negativo com a cabeça. (Tip, negra, 3 anos).

Outro desenho que traz uma personagem negra é a Doutora Brinquedos, uma criança negra, filha de uma médica negra e pai cozinheiro, é uma representatividade importante, porque pela primeira vez as crianças negras estão não apenas se reconhecendo em um personagem, mas estão recebendo a mensagem de que elas podem ser médicas (os), por exemplo, uma profissão predominantemente branca. “É muito bom ver esta criança negra em um papel de protagonista, e não apenas no elenco de apoio. E ela é uma profissional aspirante a intelectual, não um cantor, dançarino ou atleta”. (M. Taylor, médica negra). Embora a representatividade negra nos espaços midiáticos infantis esteja começando a se expandir, a disparidade entre a representatividade branca e negra nesses espaços ainda é gritante.

A falta de representatividade das crianças negras, seja no espaço escolar, nos livros didáticos, na mídia audiovisual, transpareceu durante essa pesquisa quando das 12 crianças participantes da pesquisa, sendo que destas apenas uma era branca, o restante negras ou pardas, nenhuma delas, quando indagadas sobre qual boneca parecia mais com eles (as), se reconheceu na boneca negra, e apenas 3 atribuiu alguma característica positiva a mesma, ou em alguns momentos não fez distinção entre ambas. Vale ressaltar também a dificuldade encontrada em adquirir duas bonecas idênticas, uma negra e uma branca, bonecas brancas existem de todos os tipos, tamanhos, mas bonecas negras, não se vê com a mesma frequência.

- P: Qual boneca parece mais com você?
 C: Essa! (Aponta a boneca branca).
 P: Por quê?
 C: Porque sim!
 P: Mas o que tem nela que você acha parecido com você?
 C: Porque minha pele é branca e a dela também é branca! (Garnet, parda, 3 anos).
- P: E qual dessas duas bonecas você acha que é a boneca feia?
 C: Essa! (Segura o braço da boneca negra)
 P: Por quê?
 C: Porque ela tá com a cara brava!
 P: E a outra não está com a cara brava?
 C: Não! (Ororo, parda, 4 anos).

Saindo agora do universo representativo audiovisual infantil, e indo para o mito da democracia racial construída na cultura brasileira, está presente também no ambiente escolar, prova disto é que das 12 crianças participantes desse estudo, quando indagadas se

já haviam ouvido falar sobre racismo responderam que não, nem em casa e nem na escola. Pressupõe-se que se não se fala ou é porque negligencia-se essa questão ou pelo fato de acreditar que vivemos um relativo estado de bem estar racial. “O mito da democracia racial é cruel e tenebroso, pois tira do dominado, no caso o negro, a perspectiva de luta por seus direitos”. (GUIMARÃES, apud, SILVA FILHO, 2012, p. 142).

P: Você já ouviu falar de racismo?

C: Não!

P: Nem na escola?

C: Não! O que é? (Falcon, negro, 5 anos).

No Brasil a cultura dominante é a cultura do povo branco, mesmo sendo negros e pardos maioria da população, 52,9% segundo Censo do IBGE de 2010. Em relação à construção da identidade da criança negra, BENTO (2012) ressalta que a construção da identidade se dá através do corpo e na vivência com o outro, assim sendo, o eu de cada sujeito é construído a partir de outros eus. No caso dos primeiros anos da criança esses outros eus são a família, as professoras (es), as (os) colegas de sala e toda a rede de relações sociais nas quais a criança está inserida, e no atual mundo digital, pode-se citar a mídia. “Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído [...], e construindo a sua autoimagem, seu autoconceito” (Idem, p. 3).

[...] falamos o tempo inteiro em semelhanças e diferenças. Isso nos leva a pensar que, ao considerarmos alguém ou alguma coisa diferente, estamos sempre partindo de uma comparação. E não é qualquer comparação. Geralmente, comparamos esse outro com algum tipo de padrão ou norma vigente no grupo cultural ou que esteja próximo da nossa visão de mundo. Esse padrão pode ser de comportamento, de inteligência, de esperteza, de beleza, de cultura, de linguagem, de classe social, de raça, de gênero, de idade. (GOMES, 2002, p. 6)

Embora as crianças não tenham total consciência a respeito de que existe um padrão cultural predeterminado na sociedade brasileira, que dita o que é bonito, feio, bom, mal, aceitável, louvável, o que merece destaque ou que merece menos visibilidade. Elas acabam por assimilar e reproduzir o que todos esses padrões e simbologias socialmente criados nos passa, que é dá ênfase de superioridade de uns em relação a outros, no caso do branco sobre o pardo e o negro.

P: Qual boneca você acha que é a boneca boa?

C: Essa! (Aponta a boneca branca)

P: Por quê?

C: Porque ela é linda! (Adam, branco, 4 anos).

P: E qual tem a cor que você acha que os adultos gostam mais?

C: Essa! (Aponta a boneca branca)

P: Por quê?

C: Por causa que ela é branca e tem o olho dessa cor. Qual é essa cor mesmo?

P: Azul!

C: É... Azul! (Jonh, pardo, 6 anos).

Nós passamos desde a abolição por um processo de tentativa de branqueamento da população, através da conhecida miscigenação, mistura das etnias. Quando se fala de miscigenação, principalmente da mistura do branco com o negro, temos que entender que o intuito não foi o de formar uma população diversa e heterogênea, pelo contrário, o objetivo era o de através da combinação genética entre as duas etnias, branca e negra, apagar as características herdadas do povo africano, e assim ir formando uma população cada vez mais homogênea e clara, dessa forma europeizando o povo brasileiro. O que criou no ideário da maior parte da população de que só se é negro quando se é preto (a cor), quando se é mais “clarinho” não se é negro, é moreno, mulato, mestiço, porque ser negro é ruim.

P (Pesquisadora): Você disse que embora não tenham a obrigação de trabalhar a temática racial em sala de aula, ainda assim vocês buscaram trabalhá-la, de que forma?

E (Educadora): Então, eu tento sempre conversar com eles, mostrar que a gente não deve tratar ninguém diferente, tento fazer eles se colocarem no lugar do outro. Então, se uma criança morena sofre preconceito, eu pego a criança que fez isso e converso e peço pra ela imaginar e se fosse ela no lugar do coleguinha? Ela ia gostar? Assim ela vai aprendendo a se colocar no lugar do outro e entendo o que ele passa! (Montessori, branca, 49 anos).

Dizer que alguém é negro é quase sinônimo de ofensa no Brasil, para a maior parte das pessoas. Existe um certo receio em afirmar que alguém é negro, como um medo de que o outro fosse se ofender. Isso foi percebido nas falas das educadoras, quando demonstraram um certo receio em usar a palavra negro e a substituíram por moreno. Pode-se dizer que isso é um dos reflexos da tentativa de branqueamento do povo brasileiro, que não dando conta de homogeneizar a população brasileira e torná-la branca, tratou de invisibilizar quem não o fosse.

Creio que é melhor incentivarmos o cruzamento entre a mulatada e a “raça boa”, opinou um dos mais influentes. Assim o “povo” vai embranquecendo. Lembrar que nessa época, “povo” era todos aqueles não pertencentes a “boa sociedade”, formada pelos brancos e livres. (MATTOS, apud SILVA FILHO, 2012, p. 149).

Vemos que esse direcionamento surtiu efeito, haja vista que embora não se tenha conseguido de fato apagar a cor e as características africanas do povo brasileiro, conseguiu-se que muitos dos descendentes desses povos hoje, não se reconheçam nessa etnia, ou queiram embranquecer, ou ao menos embranquecer seus descendentes. Mas a pior face dessa tentativa de branqueamento é o reflexo que gera nas crianças negras e pardas que não apenas não se reconhecem em sua etnia, mas acham que a etnia excludente do outro é a que os representa.

P: Qual dessas duas bonecas parece com você?

C: Essa! (Aponta a boneca branca)

P: Por quê?

C: Não sei! (Tiana, negra, 5 anos).

Se a escola no âmbito da educação infantil não está preparada, ou não se sente à vontade para falar a respeito das etnias com as crianças que compõem o corpo estudantil,

se a maior parte das (os) educadoras (es) ainda não perdeu o receio de expressar oralmente a etnia de seus alunos, preferindo os chamar de morenos (as), as crianças negras e pardas não irão construir uma identidade que se reconheça no negro, ou em seus iguais. Tão pouco essas crianças irão entender que devem ser igualmente valorizadas na sociedade.

[...] a escola, que como instituição social é quase o único espaço, fora da família, a que jovens negros pobres tem acesso, em vez de ser um espaço de socialização que contribui para a integração do aluno e para a sua formação identitária, cria formas subjetivas que provocam a exclusão física e/ou psicológica do aluno negro. (SILVA FILHO, 2012, p. 187).

Enquanto não houver uma mudança cultural e estrutural no que diz respeito ao trato para com as pessoas de etnia negra, a sociedade brasileira continuará a dar ferramentas para que o racismo e a invisibilização da população negra e parda continue e também para que seja internalizado pelas crianças desde muito cedo, o que para as crianças negras significará, primeiro não ter consciência do seu pertencimento étnico e segundo o sentimento de inferioridade em relação as demais crianças brancas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de construção deste estudo, pesquisas bibliográficas e o aprofundamento no campo empírico, possibilitaram perceber que as questões étnico-raciais e o racismo, não se configura, na maior parte do tempo, como temática cotidiana no ambiente escolar infantil, ou no cotiadio particular das famílias.

Deste modo percebe-se que a construção das identidades das crianças negras, tendo por base a cultura e história de seus antepassados, fica relegada ao esquecimento, ou a segundo plano, em relação atenção que é dada a contribuição histórica e cultural do povo branco na construção da história e cultura do país. Essa problemática acaba por desenvolver certo sentido de superioridade das crianças brancas em relação às negras, estas por sua vez, acabam por não desenvolver um sentimento de pertença em relação a sua própria etnia, o que os faz muitas vezes, renegar a história e cultura do seu povo e se reconhecer na cultura do seu opressor. Haja vista que a escola ainda é um dos principais mecanismos de perpetuação de um referencial cultural etnocêntrico, reflexo de uma sociedade que tende a renegar suas origens africanas em detrimento da exaltação das contribuições dadas pelos colonizadores europeus em sua formação sócio-histórica.

Isto tem resultado numa construção da autoimagem das crianças brancas, positiva, gerando certo sentido de “superioridade” em relação às crianças negras, que por falta de referenciais étnico-raciais nos diversos âmbitos sociais acaba desenvolvendo uma autoimagem negativa do próprio eu, culminando na negação da própria identidade étnica, mesmo que na primeira infância ainda não haja uma consciência plena do que isso signifie. Embora as condições educacionais quanto ao combate ao racismo não sejam as ideais, mesmo sem uma formação específica que trate desta temática no âmbito da formação de educadores (as), percebe-se que estes (as) profissionais compreendem que é

importante combater o racismo enquanto uma forma de violência/discriminação reproduzidas pelas crianças. Falta, no entanto, tratar essa temática com mais frequência em sala de aula, falta também, a escola reconhecer seu papel não apenas no combate ao racismo, mas realizar uma autocrítica quanto o seu papel na perpetuação do mesmo. Porque somente a partir daí que práticas e materiais pedagógicos serão repensados para serem ferramentas de desconstrução do etnocentrismo na educação e de valorização da cultura e identidades negra.

A escola não pode, porém, ser responsabilizada sozinha, esta tem que dar sua parcela de contribuição no combate ao racismo e na perpetuação da história e cultura de todos os povos que contribuíram para a formação da nação, de forma equânime. Possibilitando desta forma a valorização étnica das crianças negras e a construção de relações étnicas mais igualitárias e plurais. Destarte, para que isto se efetive no cotidiano social brasileiro é necessário o engajamento conjunto entre família, Estado e sociedade em geral. Acredita-se que desta forma será possível que a cultura etnocêntrica construída e perpetuada no Brasil desde a época colonial, como cultura modelo, seja revista e dê espaço, dia após dia, a uma cultura e sociedade mais democrática e plural, capaz de construir relações sociais mais igualitárias, e que seus povos não sintam que a cultura de seu próprio povo é subjugada em detrimento de outra tida como modelo ideal de civilidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Carvalho S. SILVA Jr. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade– CEERT, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 17 outubro 2016, as 12:34 min.

COSTA, Jurandir Freyre. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1964.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 21 Ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. Disponível em: <<http://www.educacaointegral.org.br>> Acesso em 13 Junho 2016, as 10:13 min.

GOMES, N. L., **Educação e Identidade Negra**. 2002. Disponível em: <<http://ideario.org.br/wp/wp-content/uploads/2013/10/nilma-lino.pdf>> Acesso em 29 setembro 2016, as 9:37 min.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br>> Acesso em 17 agosto 2016, as 8:53 min.

LEPINE, Claude. **Os Nossos Antepassados eram Deuses**. Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a6-clepine.pdf> > Acesso em 13 maio 2016, as 8:17 min.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **O estado do direito entre os autóctones do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982. Disponível em: < <http://www.catalog.antitruste.org/Record/101210251> > Acesso em 13 agosto 2016, as 8:17 min.

MATTOS, Regiane Augusto de. **De Cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo 1800 - 1850**. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2009. Disponível em: < <http://www.spap.fflch.usp.br> > Acesso em 13 maio 2016, as 9:28 min.

SILVA FILHO, José. **Ser Negro na História e na Sociedade Brasileira**. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2012.